

Ulysses espera nova *que pag 3* Carta com otimismo

BRASÍLIA
 AGÊNCIA ESTADO

Iniciados ontem os trabalhos das oito comissões temáticas da Assembleia Nacional Constituinte, funil para onde foram enviados os relatórios das 24 subcomissões, não haverá grande surpresa se determinados princípios nelas aprovados vierem a sofrer radical alteração. Assim como serão verdadeiras as mudanças posteriores. Os relatórios das oito comissões temáticas subirão à Comissão de Sistematização, a 15 de junho, para ser compatibilizados. E, de lá, ganharão o plenário da Assembleia Nacional Constituinte, onde tudo será debatido mais duas vezes.

Não dá, assim, para se ter um perfil da nova Constituição, sujeita às marchas e contramarchas da conjuntura. Melhor exemplo não haverá do que a discussão em torno do sistema de governo. Na primeira fase, das subcomissões, prevaleceu o parlamentarismo travestido de presidencialismo, ou vice-versa. Alguma coisa com pés de cabra, bico de tucano, asas de morcego e braços de tamandú. Um sistema incapaz de funcionar nem sequer na teoria, quanto mais na prática.

Multiplique-se a perplexidade pelos demais títulos e capítulos do esboço em preparação, porque a situação é a mesma tanto na ordem econômica quanto na ordem social, na organização do Estado e naquilo que se refere aos direitos e garantias individuais. A confusão parece total. Não poderia ser diferente. E, para quem se mostra perplexo ou desiludido, vai uma palavra de tranquilidade: na hora certa, as coisas se arranjaram. O consenso ainda parece o tijolo de sustentação de todo o processo, e acabará prevalecendo. Não teremos uma Constituição desvinculada da realidade. Poderá não ser o texto dos sonhos dos setores chamados progressistas, como também não será o ideal para os conservadores. Mas acabaremos vendo promulgada uma Constituição mais próxima das necessidades e dos anseios nacionais. Bem melhor que o texto vigente, consagrando avanços mas contendo aventuras.

Oraciocínio é do deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, para quem, no final de tudo, teremos dado um passo adiante. Ele fala numa carta reformista, não revolucionária. Liberal no plano político e institucional, mas adaptada aos anseios da maioria, no plano econômico e social. A Nação, para Ulysses, não deseja princípios radicais e extremados, seja num sentido seja no outro. A compatibilização dos interesses do capital e do trabalho representa a meta maior, assim como o equilíbrio entre a ação do Estado e da iniciativa privada.

O parlamentar é presidencialista, mas aceita que o Congresso, no novo sistema de governo, venha a ocupar espaços bem maiores do que os que lhe são hoje reservados. Em especial no seu papel de órgão fiscalizador do Executivo, entendendo-se fiscalização como algo bem superior à simples tomada de contas dos gastos públicos. Planos e programas administrativos, para ele, dependendo de sua amplitude, precisarão ser previamente aprovados por deputados e senadores. A norma segundo a qual não pode haver projetos de lei oriundos do Legislativo que impliquem aumento de despesas precisa ser revista, porém, jamais para voltar ao que estava na Constituição de 1946. Um meio-termo deve ser buscado, nesta e em tantas outras questões.

O que não significa, em seu entender, que a nova Constituição ve-

nha a apresentar-se como double-face, contendo artigos contraditórios e inzequívocos.

Ulysses joga com confiança no bom senso e no espírito público dos constituintes e está alertado para o que representará um dos graves problemas futuros. Quando as votações em plenário começarem, será preciso conter ao máximo as pressões e o emocionalismo das galerias sobre os parlamentares, mas não de modo a tornar a Constituinte um santuário ou uma fortaleza. São necessárias as manifestações, ainda que liberdade não se confunda com licenciosidade. Está fora de propósito admitir que grupos ou representações acampem nos jardins do Congresso e estabeleçam corredores poloneses fora e dentro da casa. Também não serão admitidas ações violentas por parte da assistência que, no passado, chegou a fazer de senadores e deputados alvos vivos de suas reivindicações. Galerias cheias significam prestígio para a Assembleia Nacional Constituinte, mas baderna, de forma alguma.

Não é fácil a posição de Ulysses Guimarães, dadas experiências anteriores, ainda que ele jamais pense em mobilizar contingentes policiais ou militares para conter os arrochos de quem pretenda assistir aos trabalhos. Fica impossível evitar aplausos e apupos, mas se eles permanecem em tom razoável, tudo bem. Caso contrário, e na análise do dia-a-dia, isto é, de cada caso, sempre haverá o recurso de mandar esvaziar as galerias. Sem que, sobre essa iniciativa, paira a sombra do general Newton de Oliveira e Cruz, executor de emergências constitucionais responsáveis pela transformação do Congresso em penitenciária.

O objetivo da Constituinte não é isolar-se nem afastar o povo, muito pelo contrário. Só os excessos devem ser contidos. Entre eles o que chegou a transformar os corredores e salões do Congresso em mercado persa. Camelôs em profusão venderam camisetas, escudos, lápis e canetas, durante a campanha das Diretas Já, em 1984. Até senhoras praticantes daquilo que se convencionou chamar de a mais antiga profissão do mundo evoluíram à procura de clientes. Fot demais, e a imagem transmitida pela Imprensa não beneficiou o Legislativo.

Em suma, assim como precisa evoluir em torno de dois pontos opostos, encontrando um meio-termo para enfrentar a fase mais acirrada dos trabalhos constituintes, Ulysses Guimarães entende que devam comportar-se de forma igual os deputados e senadores, na busca de um texto acorde com nossas necessidades, mas antixtremista e antiradical, importando menos de onde se olhe o processo, se da ponta esquerda ou da ponta direita. Ele estava otimista, ontem, ao conversar sobre esses temas, lembrando que a Brasília deste fim de século não repetirá a Berlim do começo do século. E explica por que: após a derrota da Alemanha, na Primeira Guerra Mundial, um plebiscito revelou a decisão do povo pela República, elegendo-se a Assembleia Nacional Constituinte. Só que ela não conseguiu funcionar em Berlim, a capital. Todos os dias era invadida por grupos de esquerda e de direita, que impediam os trabalhos, constrangiam os deputados e, não raro, travavam batalhas campais no recinto. O remédio, para os constituintes, foi transferir a assembleia para a pequena cidade de Weimar, longe do burburinho. Lá, discutiram, votaram e promulgaram a Constituição alemã. No nosso caso, a Constituinte não precisará ser transferida para Paracatu ou Anápolis. C.C.

Acertando ponteiros

Almoçaram ontem Mário Covas e o já ex-ministro Dante de Oliveira. Consideraram prematuro o lançamento de qualquer campanha pelas diretas já, no momento. Para eles, toda a força política e partidária deve objetivar, agora, a elaboração da nova Constituição. A questão dos mandatos presidenciais será resolvida quando da votação final do capítulo da organização do Estado, pelo plenário constituinte. Concentrar atenções em temas isolados será arriscado no conjunto. No final do ano, de acordo com a decisão de deputados e senadores pelos cinco ou pelos quatro anos, terá chegado o momento de se colocar a questão na rua. Atropelar os trabalhos constituintes com uma discussão exclusiva equivale a erro estratégico fundamental.

Dante de Oliveira reassumirá a prefeitura de Curitiba mas pretende estar sempre em Brasília, participando dos entendimentos e negociações em torno da nova Carta.

Tempos doces

Lembrava o presidente José Sarney, dias atrás, de quando dava aula na Faculdade de Direito de São Luís. Ensinava Introdução à Ciên-

cia do Direito e dividia as atividades no magistério com o exercício diário do jornalismo. Depois, veio a política, com a primeira eleição para deputado federal, outros mandatos, o governo do Maranhão, o Senado e a Presidência da República. Para ele, os tempos de professor foram os mais amenos de sua vida. Gostaria de retomá-los, quando deixar a vida pública, mas não sabe se vai poder.

Não deu

Estava acertado que o presidente José Sarney passaria a noite de ontem para hoje na fazenda do ministro Paulo Brossard, em Bagé, dirigindo-se de lá para Montevideo, onde se encontrará com os presidentes Júlio Sanguinetti e Raul Alfonsín. A última hora, a visita teve de ser adiada. As chuvas que caem incessantemente no Rio Grande do Sul tornaram intransitáveis as estradas de terra que dão acesso à fazenda de Brossard, e até o destacamento precursor da Presidência da República ficou algum tempo atolado, quando fazia o reconhecimento do terreno. Fosse em outras épocas, de outros ministros, e já estaria tudo asfaltado.